

Ambiental

1 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.977.](#)

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) a validade da Lei 16.784/2018 do Estado de São Paulo que proíbe a caça de animais domésticos, silvestres, nativos ou exóticos em todas as modalidades, sob qualquer pretexto e para qualquer finalidade.

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou as preliminares e julgou parcialmente procedente o pedido formulado na ação direta, para declarar a inconstitucionalidade do art. 3º da Lei Estadual nº 16.784/2018 e a nulidade parcial, sem redução de texto, do art. 1º da mesma lei, com o fim de excluir de sua incidência a coleta de animais nocivos por pessoas físicas ou jurídicas, mediante licença da autoridade competente, e daquelas destinadas a fins científicos, previstas respectivamente no art. 3º, § 2º, e art. 14, ambos da Lei nº 5.197/1967, nos termos do voto Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Celso de Mello, que julgavam improcedente a ação.

2 - Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - [Portaria nº 856, de 11 de agosto de 2020.](#)

Institui as Bases Avançadas de Apoio às Gerências Regionais e estabelece suas competências, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Política Agrícola

1 - Atos do Poder Legislativo - [Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020.](#)

Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho).

2 - Presidência da República / Despachos do Presidente da República - [Mensagem nº 476, de 24 de agosto de 2020.](#)

Vetos ao Projeto de Lei nº 735, de 2020, que “Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho)”.

3 - Atos do Poder Executivo - [Decreto nº 10.473, de 24 de agosto de 2020.](#)

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de

fevereiro de 1998, de 305 decretos normativos.

4 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Gabinete da Ministra - [Portaria nº 284, de 13 de agosto de 2020.](#)

Aprova o fluxo interno para destinação de bens perecíveis recebidos por agentes públicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, não enquadrados como brindes, conforme definido na Resolução CEP/PR nº 03, de 2000, na forma do Anexo I desta Portaria.

5 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo - [Portaria nº 110, de 24 de agosto de 2020.](#)

Dispõe sobre a reabertura do Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação - SISPAC2, para cumprimento dos encargos pelos Municípios beneficiados pelas doações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC2, em sua Segunda Etapa.

6 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - [Portaria nº 2, de 24 de agosto de 2020.](#)

Aprova a lista de usuários prévios não impedidos de usar nomes protegidos como Indicação Geográfica, nos termos do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia.

Tributária

1 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.735.](#)

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4735, a Associação do Comércio Exterior do Brasil (AEB) questiona a imunidade tributária a pequenos exportadores.

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), que conhecia da ação direta e julgava procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade do art. 170, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 971, de 13 de dezembro de 2009, pediu vista dos autos o Ministro Edson Fachin.

2 - Ministério da Economia / Banco Central do Brasil - [Resolução CMN nº 4.845, de 24 de agosto de 2020.](#)

Altera o limite global anual para contratação de operações de crédito com os órgãos e entidades do setor público em 2020, a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, por meio da alteração desse limite no Anexo à Resolução nº 4.589, de 29 de junho de 2017.

3 - Ministério da Economia / Banco Central do Brasil - [Resolução CMN nº 4.847, de 24 de agosto de 2020.](#)

Dispõe sobre o Programa Emergencial de Acesso a Crédito na modalidade de garantia de recebíveis (Peac-Maquinhas), instituído pela Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020.

Infraestrutura e Logística

1 - Atos do Poder Legislativo - [Lei nº 14.047, de 24 de agosto de 2020.](#)

Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001.

2 - Presidência da República / Despachos do Presidente da República - [Mensagem nº 475, de 24 de agosto de 2020.](#)

Vetos ao Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2020 (MP nº 945/20), que “Dispõe sobre medidas temporárias para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do setor portuário, sobre a cessão de pátios da administração pública e sobre o custeio das despesas com serviços de estacionamento para a permanência de aeronaves de empresas nacionais de transporte aéreo regular de passageiros em pátios da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); e altera as Leis nºs 9.719, de 27 de novembro de 1998, 7.783, de 28 de junho de 1989, 12.815, de 5 de junho de 2013, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e 10.233, de 5 de junho de 2001”.

3 - Ministério do Desenvolvimento Regional / Gabinete do Ministro - [Portaria nº 2.259, de 21 de agosto de 2020.](#)

Estabelece as diretrizes básicas para elaboração do Plano de Gestão Anual (PGA) do exercício 2021 do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF).

4 - Ministério do Desenvolvimento Regional / Gabinete do Ministro - [Portaria nº 2.268, de 24 de agosto de 2020.](#)

Altera o Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Regional - Projetos inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aprovado pela Portaria n. 646, de 18 de março de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

5 - Ministério da Infraestrutura / Gabinete do Ministro - [Portaria nº 125, de 21 de agosto de](#)

[2020.](#)

Institui a Agenda Regulatória Preliminar do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), com o objetivo de indicar temas, de cunho regulatório, a serem estudados no ano de 2020.

6 - Ministério da Infraestrutura / Gabinete do Ministro - [Portaria nº 126, de 21 de agosto de 2020.](#)

Institui a Agenda Regulatória do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) e o respectivo Manual de Procedimentos.

7 - Ministério da Economia / Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade - [Portaria nº 19.793, de 24 de agosto de 2020.](#)

Estabelece os requisitos para apresentação e aprovação dos projetos a que se refere o art. 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para empresas instaladas ou que venham a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e que sejam montadoras e fabricantes de veículos, inclusive tratores agrícolas e colheitadeiras.

Trabalhista

1 - Atos do Poder Executivo - [Decreto nº 10.470, de 24 de agosto de 2020.](#)

Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

2 - Atos do Poder Judiciário / Supremo Tribunal Federal - [Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.392.](#)

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) no Supremo Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3392) contra a parte da reforma do Judiciário que determina a necessidade de comum acordo entre as partes para que possam ingressar com dissídio coletivo na Justiça do Trabalho.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 12.257/2006 do Estado de São Paulo, nos termos do voto do Ministro Alexandre de Moraes, Redator para o acórdão, vencidos os Ministros Edson Fachin (Relator), Cármen Lúcia e Dias Toffoli (Presidente).

3 - Ministério da Economia / Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - [Resolução nº 872, de 24 de agosto de 2020.](#)

Dispõe sobre o percentual mínimo de contrapartida, exclusivamente financeira, a ser observado pelos entes parceiros do Sistema Nacional de Emprego - Sine, em suas leis orçamentárias, em atendimento ao disposto no §1º do art. 75 da Lei n. 13.898, de 11 de novembro de 2019, como requisito para o recebimento de transferência automática de recursos financeiros do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no exercício de 2020.

4 - Ministério da Economia / Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - [Resolução nº 873, de 24 de agosto de 2020.](#)

Suspende a eficácia do art. 14 da Resolução CODEFAT nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que estabelece procedimentos relativos à concessão do seguro-desemprego, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

5 - Ministério da Economia / Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - [Resolução nº 874, de 24 de agosto de 2020.](#)

Altera a Resolução CODEFAT nº 866, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços "Qualificação Social e Profissional" no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do art. 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018.

6 - Ministério da Economia / Banco Central do Brasil - [Resolução CMN nº 4.846, de 24 de agosto de 2020.](#)

Dispõe sobre as operações de crédito para financiamento da folha salarial ou do pagamento de verbas trabalhistas no âmbito do Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), instituído pela Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020.

Nomeação / Exoneração

1 - Presidência da República / Casa Civil - [Portarias de 24 de agosto de 2020.](#)

- Exonera **Marcelo Pereira Borges** do cargo de Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional.
- Nomeia **Sergio Luiz Soares de Souza Costa**, para exercer o cargo de Secretário Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional.